

**DECISÃO DA COMISSÃO****de 19 de Junho de 2010****que altera a Decisão 2004/388/CE relativa a um documento de transferência intracomunitária de explosivos**

[notificada com o número C(2010) 3666]

**(Texto relevante para efeitos do EEE)**

(2010/347/UE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta a Directiva 93/15/CEE do Conselho, de 5 de Abril de 1993, relativa à harmonização das disposições respeitantes à colocação no mercado e ao controlo dos explosivos para utilização civil <sup>(1)</sup>, e nomeadamente o seu artigo 13.º, n.º 5,

Considerando o seguinte:

- (1) O sistema de transferências de explosivos no interior do território comunitário instituído pela Directiva 93/15/CEE requer a aprovação por parte das diferentes autoridades competentes dos locais de origem, de trânsito e de destino dos explosivos.
- (2) A Decisão 2004/388/CE da Comissão, de 15 de Abril de 2004, relativa a um documento de transferência intracomunitária de explosivos <sup>(2)</sup>, instituiu um modelo de documento para ser utilizado nas transferências de explosivos que contempla as informações exigidas para efeitos do artigo 9.º, n.ºs 5 e 6, da Directiva 93/15/CEE, a fim de facilitar a transferência de explosivos entre Estados-Membros, mantendo simultaneamente os requisitos de segurança necessários para a transferência de tais produtos.
- (3) A Decisão 2004/388/CE deve ser adaptada de modo a ter em conta a criação e a disponibilização a todos os Estados-Membros de um sistema electrónico para a aprovação das transferências.
- (4) Em especial, a autoridade competente do Estado-Membro de origem deve ter a possibilidade de imprimir todos os documentos necessários e emitir o documento de transferência intracomunitária de explosivos ao fornecedor após ter verificado que todas as autoridades competentes dos Estados-Membros em causa aprovaram a transferên-

cia, uma vez que tal permitirá reduzir a carga administrativa sobre as empresas e as autoridades dos Estados-Membros.

- (5) O estudo de avaliação sobre a aplicação da Directiva 93/15/CEE, efectuado a pedido da Comissão Europeia, concluiu que o procedimento de aprovação das transferências pelos Estados-Membros precisa ser simplificado. Consequentemente, deve ser introduzido um sistema electrónico comum para superar essa situação.
- (6) No quadro da Comunicação sobre as pequenas empresas <sup>(3)</sup> e da Terceira Análise Estratégica do Programa «Legislar melhor» da União Europeia <sup>(4)</sup>, a Comissão Europeia assumiu o compromisso de garantir uma maior capacidade de previsão e melhor preparação das empresas face às mudanças legislativas. Especificamente, para alcançar esse objectivo foi considerado necessário adoptar datas comuns de aplicação, de modo a garantir, sempre que possível, que a aplicação da legislação susceptível de afectar as empresas corresponda a certas datas fixas durante o ano. Esta medida deve ser tomada em conta ao fixar a data de entrada em aplicação da presente decisão.
- (7) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do comité estabelecido nos termos do artigo 13.º, n.º 1, da Directiva 93/15/CEE,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A Decisão 2004/388/CE é alterada do seguinte modo:

1. É inserido o seguinte artigo 3.º-A:

«Artigo 3.ºA

Sempre que o Estado-Membro de origem, o Estado-Membro de destino e qualquer Estado-Membro de trânsito utilizem um sistema electrónico comum para a aprovação da transferência de explosivos na União, aplica-se o procedimento estabelecido no segundo a quinto parágrafos do presente artigo.

<sup>(1)</sup> JO L 121 de 15.5.1993, p. 20.<sup>(2)</sup> JO L 120 de 24.4.2004, p. 43.<sup>(3)</sup> COM(2008) 394 final de 25.6.2008.<sup>(4)</sup> COM(2009) 15 final de 28.1.2009.

O destinatário deve apresentar o documento de transferência intracomunitária de explosivos em papel ou em versão electrónica, após preenchimento das secções 1 a 4, unicamente à autoridade competente do Estado-Membro de destino para efeitos de aprovação.

Após a respectiva aprovação, o Estado-Membro de destino deve comunicar essa aprovação ao Estado-Membro de origem através do sistema electrónico comum.

Por sua vez, e após ter concedido a sua própria aprovação, a autoridade competente do Estado-Membro de origem deve garantir a aprovação por parte das autoridades competentes de todos os Estados-Membros de trânsito, utilizando para isso o sistema electrónico comum.

Tendo obtido todas as aprovações necessárias, a autoridade competente do Estado-Membro de origem emite o documento de transferência intracomunitária de explosivos, indicando a aprovação de todos os Estados-Membros em causa ao fornecedor. O documento deve conter meios de identificação seguros e ser redigido em inglês e nas línguas do Estado-Membro de origem, do Estado-Membro de destino e, quando aplicável, dos Estados-Membros de trânsito.».

2. No anexo, no ponto 2 das notas explicativas, é aditada a seguinte frase no final do parágrafo: «Este ponto não se aplica sempre que seja utilizado o sistema electrónico comum referido no artigo 3.º-A.».

#### Artigo 2.º

A presente decisão é aplicável a partir de 29 de Outubro de 2010.

#### Artigo 3.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 19 de Junho de 2010.

Pela Comissão  
Antonio TAJANI  
Vice-Presidente